

ATA N.º 06/XII/2020

Reunião Ordinária de 25/03/2020

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amôedo Canudo, Pedro Manuel da Silva Aniceto e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP	23
2. PROPOSTA PRÉMIO DE POESIA JOAQUIM PESSOA (3ª EDIÇÃO)	23
3. “MELHORIA DA EFICIENCIA ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL DE ALHOS VEDROS” TRABALHOS COMPLEMENTARES	25

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente disse querer fazer duas notas prévias, nomeadamente, como considerou ser do conhecimento de todos, houve a emissão de Legislação para permitir a adaptação do funcionamento dos Órgãos Municipais e não só, no período especial que se vive. A Legislação prevê, designadamente, que as reuniões públicas, previstas na Lei, dos diversos Órgãos pudessem não se realizar durante todo o período até ao final de maio, também prevendo outra questão que lhes interessa diretamente,

nomeadamente, o alargamento do prazo para a aprovação dos documentos de prestação de contas que era em abril e cujo prazo fora prorrogado até ao final de junho, aplicando-se não só aos Órgãos Municipais, não só aos Municípios, às Freguesias, como também a todo o setor público, a todas as empresas participadas no setor público, sistemas multimunicipais, etc.

Daí que, até que a situação na atualidade fosse superada realizariam apenas reuniões privadas e procurariam, havendo sempre um grau de incerteza porque se iriam adaptar as medidas tomadas à evolução da situação, mas até conseguirem, procurariam manter o funcionamento regular do Órgão Executivo com a realização de reuniões quinzenais.

Relativamente à realização das reuniões presenciais, porque a Legislação também abriu a possibilidade das reuniões poderem ser realizadas por meios eletrónicos, reunião à distância, no entanto, na sua opinião e até que tal fosse manifestamente impossível, julgava ser um dever de respeito para com as dezenas, no caso do Município e se alargassem aos vários setores eram centenas senão milhares de pessoas, que no concelho da Moita estavam a trabalhar diariamente para assegurar os serviços essenciais, não se referindo somente do ponto de vista dos Serviços da Câmara propriamente ditos, mas de outros, na área da Saúde, dos abastecimentos, dos produtos alimentares e tudo o que era indispensável para que a vida em comunidade se mantivesse com o mínimo de condições. Do seu ponto de vista, não podiam ser os Eleitos Autárquicos, não podiam ser os principais responsáveis a comportar-se, passando a metáfora, sendo apenas uma metáfora “como os ratos que abandonavam o barco”, os primeiros a abandonar o barco, também tinham que dar o sinal de que estavam presentes, a cumprir as suas funções, a fazer o que naturalmente era necessário e a Câmara Municipal tinha responsabilidades grandes na matéria e como tal, participar quinzenalmente numa reunião presencial era o mínimo que se podia dar de sinal nessa matéria sendo que, da parte dos Vereadores com Pelouros tinha havido uma presença diária, o Serviço tinha funcionado e todos os Vereadores que tinham Pelouros atribuídos tinham estado diariamente ao serviço, assegurando o funcionamento dos Serviços Municipais e o acompanhamento da situação no concelho. Como tal, não usariam a faculdade que a Lei lhes permitiu da reunião via eletrónica e realizariam uma reunião presencial, com condições que pretenderam que fossem de maior segurança, a garantir o distanciamento, numa sala ampla.

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

Informou, ainda, relacionado com a situação de emergência em que se vivia, sobre o decorrer da situação desde a última reunião, há duas semanas e até à atualidade, que da parte da Câmara Municipal, foram tomadas ao longo de uma sucessão de dias, um conjunto de medidas, no sentido de adaptar o funcionamento dos Serviços à evolução da situação, daí que as medidas não tivessem sido tomadas todas simultaneamente, foram sendo adequadas ao longo dos dias e em função daquilo que o Governo ia decretando, até à declaração do Estado de Emergência. Começaram por cancelar e anunciar o cancelamento das atividades da programação cultural e desportiva, encerrar os equipamentos relacionados com ambas as áreas. Num momento seguinte fizeram uma primeira redução no trabalho presencial de alguns trabalhadores, em todas as áreas em que tal era possível, colocaram trabalhadores em teletrabalho, reduzindo significativamente, para metade ou menos, a presença física nos diversos Serviços Municipais. Num momento posterior, já no início da semana em curso adotaram soluções de redução presencial nos Serviços Operacionais, alterando o funcionamento e concentrando trabalhadores nas atividades mais diretamente relacionadas com as situações de crise, designadamente iniciando trabalho de brigadas de desinfeção de vias públicas, de brigadas com organização diferente no acompanhamento da manutenção dos espaços verdes, a higiene e limpeza urbana, e criando mecanismos de proteção de trabalhadores que estabelecendo algum regime de

rotatividade em serviços onde tal fosse possível, garantindo que existia sempre um conjunto de trabalhadores que estavam mais resguardados e outros que diariamente iam assegurando as funções e que se iam revezando semanalmente, em alternância, com o duplo objetivo de, por um lado, reduzir o número de pessoas concentradas, ou seja, a trabalhar simultaneamente, cumprindo daquela forma as orientações da Direção Geral de Saúde, e também garantir que existia sempre uma bolsa de trabalhadores, com a salvaguarda de numa eventualidade de se verificar um surto do vírus em algum grupo de trabalhadores, necessitavam garantir que existia outro grupo de trabalhadores devidamente defendido que pudesse assegurar a continuidade das funções. Adotaram todas as soluções de segurança, de proteção dos trabalhadores, de proteção individual com os respetivos equipamentos. No momento estavam assegurados stocks que lhes garantiam algum tempo, mas estavam com algumas dificuldades em encontrar fornecimentos atempados de materiais de proteção individual, sendo um problema que se estava a generalizar, e que naturalmente abrangia as Autarquias, mas também outros serviços de que tinha conhecimento, nomeadamente, através de contactos com IPSS, de equipamentos de saúde diversos, manifestando todas as dificuldades em assegurar os fornecimentos. Em todas as situações existiam stocks, mas antecipava-se que tendo uma duração limitada e não se estando a conseguir encontrar fornecedores que conseguissem prazos curtos de entrega, era uma situação que estava em evolução, percebendo-se que estavam a ser tomadas medidas da parte do próprio Governo e do setor económico, de concentrar esforços na produção de materiais de equipamento, que no momento eram mais necessários, redirecionar esforços de produção para os equipamentos, tendo havido uma grande procura junto do principal fornecedor que era a China, o que causava limitações, naturalmente, quer na capacidade de fornecimento, quer na capacidade de aceder ao mercado, porque quando se falava do mercado internacional, significava que se entrava em concorrência com mercados bem mais poderosos e bem mais amplos do que o mercado português. Todos estavam a ir fazer fretes específicos à China para adquirir materiais de proteção, já não referindo materiais especificamente relacionados com a saúde, onde o mesmo também estava a acontecer.

Acrescentou que estavam a ser cumpridas as orientações que resultaram do Decreto-Lei do Governo, emanado na sequência da Declaração do Estado de Emergência, sobre as atividades comerciais que deveriam encerrar e as que deveriam ser mantidas. No concelho da Moita tinham os Mercados Municipais a funcionar bem, sem problemas durante a semana. Só à sexta-feira e particularmente ao sábado é que havia uma afluência maior, que se registou no último fim-de-semana e provavelmente se iria registar de novo, o que exigiu e iria continuar a exigir que houvesse um controlo de entradas, de forma a garantir que as regras do número de pessoas por espaço, que estavam definidas para garantir que as condições de segurança fossem cumpridas.

Durante a semana, como teve oportunidade de verificar na visita aos Mercados efetuada quase diariamente e no próprio dia, no Mercado da Baixa da Banheira, estavam vendedores a vender, havendo a garantia de que existia um abastecimento de produtos alimentares capaz de dar resposta às necessidades, e existiam clientes, mas não amontoados de pessoas que colocassem em causa a segurança.

O comércio adaptou-se, existindo diversos estabelecimentos de restauração a funcionar em *takeaway*, os supermercados estavam a funcionar, alguns dos pequenos postos de venda de produtos alimentares também estavam a funcionar, no caso não todos, existindo um ou outro encerrado, mas alguns mantinham-se em funcionamento, não havendo na generalidade dos estabelecimentos problemas. Onde existia maior concentração de pessoas era no acesso aos supermercados, mas pelo que era dado a observar diretamente por cada um, o Serviço Municipal de Proteção Civil e outros Serviços Municipais tinham realizado uma ronda diária, tinham observado e não se tinha verificado problemas de concentrações que colocassem em risco a segurança, particularmente nos supermercados e noutros estabelecimentos. Onde tinha havido alguma nota de que o cumprimento das normas do Estado de Emergência e o dever de recolhimento não estava a ser integralmente cumprido ou não estava a ser cumprido como era desejável era nas atividades de ar livre, quer no fim-de-semana quer durante a semana, verificando-se um número apreciável de pessoas a circular nas zonas mais propícias para o efeito, nos Parque Municipais, no Parque da Baixa da Banheira, na zona da via pedonal e ciclável entre

a Moita e o Rosário, via-se gente. Era difícil afirmar que não estivessem a ser cumpridas as normas porque a norma que foi estabelecida pelo Governo instituía que aquele tipo de atividades era possível, desde que estivessem apenas duas pessoas em conjunto. O problema era que duas pessoas num local e outras duas que estavam a utilizar o mesmo espaço, outras duas mais à frente, transformavam-se de duas em algumas dezenas ou algumas centenas, mas ainda assim era uma situação que devia merecer a atenção dos presentes.

Mais ostensivamente infratoras eram algumas ocorrências que se verificaram em alguns equipamentos municipais que foram devidamente encerrados, da forma que era possível encerrar, colocando fitas, sinais, trancando as portas ou portões, no caso, tendo havido arrombamentos, vandalismo, retirada das fitas, concentrações no dia anterior. No dia da reunião, passou no Parque da Zona Ribeirinha, às 11 horas e não visualizou ocupação dos polidesportivos, mas no dia anterior fora reportado que teria havido uma ocupação, de grupos, de gente que estava a jogar futebol como se estivessem num período normal. Aí, existiam algumas situações em que necessitavam de manter uma atenção forte e uma presença dissuasora, em colaboração com as entidades policiais.

Existia nota de um ou outro incumprimento, de uma ou outra situação mais dúbia de alguma presença de pessoas na via pública que naturalmente teria de se aferir se era devida a alguma concentração que resultava de uma concentração comercial, como era o caso e mais uma vez do dia da reunião, na Baixa da Banheira, na zona em torno do Mercado da Zona Sul, na zona de maior concentração comercial viam-se pessoas na rua, tendo de partir do princípio que estavam dentro do que estava previsto, que era a deslocação para abastecimento. Se a concentração estivesse a ocorrer às 19h30m da noite os motivos já não seriam seguramente os mesmos e teria de ser aferido, mas à hora que estava a referir, durante a manhã, existiam de facto pessoas a realizar compras, dentro daquilo que estava previsto poder acontecer.

A apreciação geral que fizeram e que tinha sido reportada por todas as entidades era a de uma situação geral de cumprimento e de acatamento das orientações, com uma ou outra situação que necessitava de acompanhamento e de se ir continuando a intervir, no sentido da dissuasão de comportamentos mais perigosos.

Constatou que, generalizadamente, a camada populacional onde estava a ser mais difícil garantir o cumprimento das normas eram a população de risco, os mais idosos sendo onde se verificava, voltando a referir as pessoas que viu circular no próprio dia na rua, serem predominantemente pessoas já de idade mais avançada, ou menos jovens, com uma ou outra exceção, também de situações muito particulares em alguns locais.

O Vereador responsável pelo Serviço Municipal de Proteção Civil tinha acompanhado e a Comissão Municipal de Proteção Civil já reunira duas vezes, sendo realizado o acompanhamento diário e um reporte diário da evolução da situação no concelho da Moita. Os restantes Serviços Municipais estavam também mobilizados, para haver capacidade de respostas rápidas, que tinham ocorrido sempre que surgia qualquer situação de rutura, por exemplo nas redes de águas e de regas, como no próprio dia da reunião, em que andava uma equipa no Vale da Amoreira a reparar uma rutura, ou até mesmo situações do ponto de vista de higiene e da limpeza urbana, também uma capacidade de resposta mais rápida sempre que surgisse alguma situação anormal e que chegava ao conhecimento dos eleitos.

Informou ainda que, na área da Ação Social estavam a desenvolver e a montar em conjunto com a Divisão de Assuntos Sociais, com as Juntas de Freguesia, com a Segurança Social e com o envolvimento, que seria aprofundado da Rede Social, ou seja, das instituições sociais do concelho da Moita, uma resposta às situações que se iriam colocar, que começaram a surgir nos últimos dias, em particular a partir da véspera, de resposta às situações que seguramente iriam aumentar durante o período que se seguiria e que seriam tanto mais graves quanto mais tempo durasse a situação de Emergência, e que resultavam sobretudo do isolamento, uma vez que do ponto de vista das situações sociais típicas, de necessidade de apoio social, grande parte das situações estava identificada, tinha a sua rede própria de cobertura, os apoios domiciliários das instituições que atuavam no terreno, o acompanhamento da Segurança Social, e como tal, aquele tipo de situações não se antecipava que fosse por aí que surgissem muitas situações novas, a não ser aquelas que pudessem resultar da própria

situação de crise em que se vivia e de algumas situações de desemprego que poderiam começar a acentuar-se num futuro próximo.

O que seguramente seria novo decorria da situação de isolamento, pessoas que até à data tinham a sua autonomia, faziam a sua vida normal e que perante a obrigação de recolhimento e também da perda de algumas redes familiares que poderiam existir, ou mesmo perda de redes sociais informais, como era o caso de, por exemplo, pessoas que iam habitualmente fazer a sua refeição ao movimento associativo, às coletividades, aos centros de reformados, esse tipo de rede social informal que estava no terreno e que no momento se encontrava suspensa, podendo daí, efetivamente surgir alguns problemas. Reafirmou que estavam a montar a rede e iria ser publicitado eventualmente no dia seguinte, a forma de funcionamento daquela rede, de coordenação autárquica, da Câmara e das Juntas de Freguesia, mas que naturalmente teria o papel fundamental da Rede Social e da própria Segurança Social, no sentido de se dar resposta a situações que certamente iriam aumentar nos tempos que se avizinhavam.

Acrescentou ainda que as informações do ponto de vista da Saúde eram dadas pelas autoridades de Saúde, conduta que iam manter, não sendo a Câmara Municipal que daria informações sobre o número de doentes ou qualquer outra questão relacionada com a Saúde, sendo as autoridades de Saúde que o faziam, davam a informação da forma que entendiam dever dar e quando a deviam dar, no entanto como se encontravam no Órgão Câmara Municipal, acrescentou para os presentes que relativamente ao número de infetados, recebiam números do ACES Ribeirinho e também alguns números do próprio concelho, sendo a situação atual, ainda não muito grave, sendo pelo contrário, relativamente pouco grave, comparativamente com outras que já estavam a ocorrer em outros pontos do país, felizmente eram poucos, no entanto já existiam infetados no concelho da Moita, devidamente identificados, e existiam pessoas em acompanhamento, ou seja, em quarentena, acompanhadas pelos serviços de Saúde. A informação que foi sendo transmitida até à data, pelos serviços de Saúde, era a de que não estavam ainda numa situação de disseminação comunitária, expressão que utilizavam, ou seja, todos os casos que surgiram até à data eram casos que tinham linhas de contágio devidamente identificadas e que estavam a ser acompanhadas e, portanto, não estavam naquela situação. Quando e se viessem a dar aquele passo, como acontecera em Ovar, o caso mais referido, em que se passou para uma disseminação comunitária, qualquer pessoa adoecia, sem saber exatamente onde é que fora contagiada, sendo nessa situação que a questão se tornava mais complicada do ponto de vista do controle e da intervenção das autoridades de Saúde, o que até à data, em todo o Arco Ribeirinho, ou seja, nos quatro concelhos que faziam parte daquele agrupamento de Centros de Saúde não estavam ainda naquela situação, e como tal estava ainda dentro de algum controlo, havendo que perceber bem, no entanto do que é que se estava a falar, porque embora estando numa situação com algum controlo, não deixava de ser uma situação em que continuava a crescer o número de infetados e o número de pessoas em vigilância tinha aumentado, questão que previsivelmente continuaria a aumentar num futuro próximo.

Do ponto de vista do atendimento, que era sempre uma questão sensível, porque não se podia pura e simplesmente fechar as portas às necessidades dos cidadãos, não se tratando dos bens essenciais, mas de processos normais que tinham de decorrer, relacionados com o urbanismo, efetuar ou cancelar um contrato de fornecimento de água, e como tal, adaptaram o funcionamento dos Balcões do Município à nova realidade, sendo que os dois Balcões mais pequenos não tinham pessoal suficiente para garantir uma rotatividade tiveram de ser encerrados, no entanto os dois maiores, nomeadamente o da Baixa da Banheira e o da Moita mantinham-se em funcionamento por marcação, havendo um período de marcação telefónica das pessoas que necessitassem de tratar de algum assunto, faziam a marcação antecipadamente e eram atendidos no dia seguinte. O ritmo de atendimentos estava na ordem das duas dezenas de pessoas diariamente, sobretudo de pessoas que tinham de tratar de questões relacionadas com a água, que era o assunto que tinha maior afluência, mas também alguns outros, havendo a intenção de manter o funcionamento como existia na atualidade. Os restantes Serviços, incluindo os menos expostos ao público, estavam garantidos quase na íntegra, com o necessário abrandamento e a necessária redução de pessoal, mas tudo tinha naturalmente de

funcionar, desde a contabilidade, os aprovisionamentos, o processamento de vencimentos porque, como era evidente, os trabalhadores necessitavam de continuar a receber o seu salário, e tudo o mais, como os próprios processos da parte urbanística e outros estavam a funcionar.

Já tinham anunciado o cancelamento de algumas atividades ou eventos, a uma distância temporal significativa, podendo questionar-se se era precipitado ou não, por exemplo cancelar a Feira de Maio, que decorreria nos últimos dias de maio, mas a ponderação que teve de ser realizada foi a de que para que os eventos se pudessem realizar, na atualidade estavam a iniciar o processo de assunção de compromissos financeiros, designadamente contratação e outros, havendo que ponderar se era efetivamente expetável que em maio a situação já estivesse tão normalizada ao ponto de ser novamente permitido efetuar grandes aglomerações de pessoas, considerando que ninguém objetivamente na atualidade tinha aquela perspetiva, todos esperando que se concretizassem as previsões de que o pico ocorresse durante o mês de abril, que a partir do final de abril e maio já estivessem numa fase de alguma retoma da normalidade, mas havia que relativizar as palavras, porque retoma da normalidade não era sinónimo de regresso integral à normalidade. Sendo a questão que se colocava, exatamente, que sentido é que fazia estarem a comprometer na totalidade, eventualmente dezenas de milhares de euros para iniciativas diversas que ocorriam durante o mês de maio sem terem uma expetativa minimamente concreta de que se pudessem realizar e portanto, relativamente àquele tipo de eventos que exigiriam aquele tipo de compromissos, fora já anunciada a sua não realização.

Outra programação mais pequena, no momento não existia nenhuma decisão tomada, aguardando o evoluir da situação e ter esperança de que em maio, não acreditando que em abril, que lhe parecia utópico, mas que em maio já algo se pudesse começar de novo a concretizar e houvesse um regresso progressivo a uma certa normalidade, por que todos ansiavam, embora ainda só tivessem passado duas semanas.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Referiu ter ouvido atentamente a intervenção do Sr. Presidente, agradecendo todas as informações fornecidas e felicitando todos os Serviços da Câmara pela dedicação que tinham demonstrado, cada um da sua forma, merecendo toda a felicitação e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido numa situação tão grave como a atual, nunca vivida e como tal tinham dado exemplos de estarem atentos à situação. Solicitando para interpretarem as palavras que diria de seguida de uma forma construtiva, uma vez que as reuniões também serviam para que se dissesse o que se tinha a dizer no local certo, fazendo algumas sugestões e manifestasse algumas opiniões sobre o evoluir da situação. Não sendo o momento adequado para picardias político-partidárias, mas de conjugarem esforços para ultrapassar conjuntamente a situação, não gostaria que o interpretassem como tal. Começando pelo Plano de Contingência, que como puderam constatar na última reunião, numa questão de minutos, na altura olhou e constatou que o seu nome não constava, pensando que se trataria de um lapso, mas posteriormente, analisando com atenção, o Plano, na sua opinião, deveria ser atualizado face a todas as medidas que foram tomadas no espaço de quinze dias até à atualidade, incluindo com conteúdos já referidos na reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, com medidas tomadas, considerando também que todos os Vereadores deveriam estar abrangidos no Plano e não só os que estavam referidos, Vereadores da CDU, não existindo motivo para tal, na sua opinião, até porque tinham um Conselho Coordenador, que se estivesse citado no Plano, eventualmente já os abrangeria a todos. No seu Pelouro, e na ausência do Dr. Nuno Libório, deveria estar no Plano o seu nome, que podendo ser uma questão de pormenor, lhe parecia que deveria ser retificada. Referindo ainda o Setor Económico, não estando o Chefe de Divisão, seria o Vereador que tinha de assumir aquela responsabilidade, e como tal deveria estar citado. Também não verificou a existência do Pelouro da Proteção Civil. Sugeriu, uma vez mais, que estavam a tempo de fazer uma atualização e retificação do Plano.

Referiu também estar de acordo com o que o Sr. Presidente colocou relativamente à questão de estarem em permanente contacto, mas, no entanto, considerou que dada a situação e a sua gravidade, que sendo possível do ponto de vista técnico, não se encontrassem só ao fim de duas semanas. Por exemplo via *Skype*, recorrendo às novas tecnologias, algo que tinham feito nos últimos dias, por motivos de trabalho, com colegas seus, que estavam no Porto, no Algarve, mas mantinham-se em contacto e realizavam reuniões, recorrendo àquela metodologia. Sugeriu que não era necessário estarem por um período de quinze dias sem reunirem, se a situação evoluísse, num ou noutro sentido, justificava-se que após cinco dias se realizasse um *briefing* num final de tarde, em que o Sr. Presidente clicasse num *link* e estivessem todos em contacto, mantendo atualizada a informação.

Apesar de estar de acordo de que estavam a avançar em diversas frentes, considerou que deveriam estar permanentemente informados, interrogando-se, por exemplo relativamente ao Pelouro da Proteção Civil e ao seu Vereador, o que se tinha passado, bem como ao Sr. Vereador dos Assuntos Económicos, questionando que pagamentos é que estavam suspensos para que as pessoas não necessitassem de se deslocar aos Balcões, sendo uma informação que tinham de deter, tinham de estar informados. Relativamente à Sr.^a Vereadora do Setor da Educação, a questão a colocar seria como estavam as Escolas, se as refeições estavam a ser garantidas. Ou seja, existiam também pequenas questões, com as quais eram confrontados na rua, por pessoas, sendo uma testemunha disso o Sr. Vereador Miguel Canudo, pois uma pessoa questionou se estava a ser realizada a desinfeção na Avenida Humberto Delgado, junto à COVIRAN. Teve o cuidado de referir que falaria da questão com o Sr. Vereador Miguel Canudo, prática que tinha tido sempre, sendo que o Sr. Vereador Miguel Canudo só não o atendia quando tal não era possível. Atendeu-o, esclareceu a situação e quando se cruzou com o munícipe informou-o de que estava a ser executado. A situação que expôs foi uma ilustração de que relativamente à informação, mesmo em pormenor todos deveriam estar na posse dela, para posteriormente ser realizado de uma forma conjunta, sendo a ideia, cerrar fileiras o que significava ultrapassar as barreiras político-partidárias. Como Órgão político máximo do concelho da Moita, na sua opinião, tinham de dar esse exemplo até mesmo para a população. Ao referir a questão de cerrar fileiras, não pretendeu estar a disputar protagonismo ou sua presença em todas as reuniões pretendendo que tudo corresse bem e que passado um tempo estivessem todos vivos e não deixassem nenhum munícipe ficar para trás.

Sintetizando a sua intervenção, para além de recorrerem às novas tecnologias para a informação estar mais harmonizada e todos acompanharem o que estava a acontecer, e exemplificando com a reunião sobre a situação social do concelho, que decorreu, soube no dia anterior pelo *Facebook*, por uma fotografia que foi publicada, não tendo conhecimento anterior da sua realização. Saudou o facto de ter acontecido, mas gostaria de, ao ser interpelado, eventualmente na rua, por algum munícipe, sobre a realização da reunião relativamente à questão social, saber que se realizara. Apesar de não estar a exigir a sua presença em todas as reuniões, deveriam estar informados da sua realização.

Relativamente aos Balcões do Município, tal como foi dada a nota pelo Sr. Presidente, houve uma adaptação, existindo uma omissão no Plano elaborado, porque não foi referido o Balcão da Moita, apenas o da Baixa da Banheira, e para além dessa questão já tinham sido tomadas as medidas referidas pelo Sr. Presidente, estando o pessoal a 50% em termos de horário, só funcionando até às 12h30m, e também a 50% do pessoal. Deixou a sugestão relativamente à nota que saiu, em que também não foi consultado e também à medida que iam surgindo as situações, iam verificando o que poderia ser melhorado e no momento, por exemplo, notavam que muitas pessoas que se dirigiam ao Balcão, não necessitavam de o fazer, havendo eventualmente que especificar um pouco mais, ou seja, sair uma nota complementar àquela que saiu, com os assuntos considerados importantes ou inadiáveis. Sendo a questão das águas a que estava a levar mais pessoas ao Balcão, ultrapassando as vinte pessoas no dia anterior, no Balcão da Moita, porque as pessoas se deslocavam ao local para efetuar o pagamento da fatura pois estava a passar de prazo. Eventualmente estaria na hora de informar que, de momento, os prazos de pagamento da fatura da água estavam suspensos, ou seja, se fosse ultrapassada a data limite de pagamento da água, não seria efetuado o corte da mesma, atendendo à situação excecional em que se vivia. Acalmariam um grande número de pessoas e muitas

peessoas que se deslocavam ao Balcão, não necessitariam de o fazer, incluindo as que levavam crianças ao colo. Tinha estado todos os dias nos Balcões e os funcionários referiam-lhe que mais de metade das pessoas que se dirigiam ao Balcão não necessitavam de o fazer. Era necessário fazer sair uma informação um pouco mais pormenorizada para acalmar as pessoas, informar que se passasse um dia do prazo não lhes seria cortada a água, se eventualmente os presentes considerassem que tal era possível. Na altura falaram numa medida excecional, que, por exemplo poderia ser no caso de efetuar um contrato de água, a pessoa tinha de estar presente para o efetuar, mas haver uma especificação mais concreta de algumas medidas que eram mesmo consideradas imprescindíveis e quanto às restantes, pagavam por multibanco, e mesmo que passasse a data do prazo, poderiam posteriormente até uma data a definir, regularizar a situação. Medida para evitar que as pessoas de mais idade, com mais dificuldades em lerem corretamente as questões ficassem muito aflitas ao pensar que, se não fossem pagar a fatura, certamente lhes cortariam a água.

Relativamente ao plano de pagamentos, existiam pessoas que referiam que como tinham os planos de pagamentos, receavam que ao passar a data do plano de pagamentos que estava no sistema, posteriormente fosse mais difícil, não sabendo se existia uma solução técnica possível para aquela situação, ou se tinham de obrigar as pessoas que tinham um plano de pagamento a terem de se dirigir à Câmara para efetuar o pagamento.

Apelavam a que as pessoas saíssem o menos possível de casa e como tal não deviam fazer inadvertidamente pressão para que as pessoas saíssem de casa. Acrescentou que os funcionários municipais estavam a fazer o seu melhor, exaustos, eles próprios pressionados um pouco e alguns com doenças consideradas de risco. Fora elaborada uma escala que estava a ser cumprida e na semana em curso haveria mudança de turno, porque existiam alguns funcionários que se encontravam em casa, tentando que tudo corresse pelo melhor, para que os municípios não entrassem em pânico e não se considerassem desprotegidos.

Sr. Vereador Carlos Albino – Colocou um conjunto de questões relativas às iniciativas que tinham vindo a ser tomadas pela Câmara Municipal.

Tendo o Sr. Presidente referido que embora sendo uma preocupação, até ao momento não existiram grandes casos de incumprimento no concelho da Moita, o próprio, só na sua deslocação para a reunião, desde casa até à Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, deparou-se ao longo do percurso com situações que, na sua opinião, considerou um pouco anómalas, questionando se existia por parte dos Serviços da Câmara, de forma isolada, em colaboração com os agentes da autoridade ou mesmo em conjunto com os agentes da autoridade, um reforço naquela matéria, no sentido de tentar fazer com que todos pudessem cumprir. Acrescentou que no dia anterior, o autarca Presidente da Junta da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira referira o seguinte: “Segundo informações recebidas por fonte da PSP, somos a freguesia com mais casos de incumprimento da medida de afastamento social do distrito de Setúbal.”, ou seja, a referência feita relativamente ao distrito de Setúbal, que comportava treze concelhos, desde a Península de Setúbal, até ao Litoral Alentejano, sendo uma área territorial muito abrangente e as declarações que citou preocupavam-no, acreditando que os preocupavam a todos.

Colocou ainda que verificou que se tinham realizado um conjunto de iniciativas, reuniões, entre outras, questionando se as iniciativas que tinham vindo a realizar-se, tinham sido feitas ou coordenadas com a Proteção Civil.

Questionou também, uma vez que teve a oportunidade de receber no dia anterior uma mensagem para o seu telefone pessoal, que apelava ao cumprimento das medidas de afastamento social, entre outras questões, a partir da DGS, referindo que era da Câmara em conjunto com a Proteção Civil, pretendendo então saber se efetivamente estava a ocorrer essa coordenação com a Proteção Civil, referindo ainda que em tudo o mais acompanhava, como era óbvio, o que fora referido pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos.

Acrescentou que mais à frente pretendia ler uma tomada de posição.

Sr. Vereador Luís Chula – Interveio dizendo que no caso da presente crise sanitária, a Proteção Civil, por si representada, tinha tido expressão a nível nacional, em todos os locais, com as devidas coberturas televisivas.

Gostaria de colocar os presentes, enquanto membros da Câmara, ao corrente das situações, fazer um ponto de situação do que tinha sido realizado a nível local. Na própria manhã do dia em curso teve a oportunidade de reunir longamente com o Sr. Presidente da Câmara e manifestar alguma preocupação e estado de espírito pela forma como a coordenação estava a ser efetuada pela Câmara Municipal, no que concernia ao problema em causa, tendo encontrado algumas soluções. Algumas das suas sugestões de atividades a desenvolver foram bem acolhidas, mas na sua opinião, poderia haver um outro tipo de envolvimento de todos os vetores da Câmara Municipal, incluindo naturalmente a Proteção Civil, que tinha no contexto de crise um papel e uma exigência feita pelos munícipes da sua presença, não tanto da sua atividade por lhe parecer que dentro do possível, considerando que a Proteção Civil era constituída em termos operativos por duas pessoas, o coordenador, Sr. Engenheiro António Manuel que desde meados de janeiro se encontra de baixa, prevendo-se que iria prolongar a sua baixa por motivos de saúde e pelo coordenador técnico, Sr. Fernando Morgado.

Já há algum tempo que vinha colocando a necessidade de ampliar o referido grupo de trabalho, e na reunião que se realizou na parte da manhã, com o Sr. Presidente, foi-lhe dito que já existiam algumas possíveis soluções para aplicar naquele sentido. Naturalmente esperariam. Não existiam no mercado de trabalho, disponíveis no momento, técnicos de Proteção Civil, teriam de recorrer eventualmente a uma solução temporária mais expedita, mais para resolver o problema no imediato, mas esperaria que o Sr. Presidente encontrasse a solução.

Na semana anterior reuniram duas vezes a Comissão Municipal da Proteção Civil, referindo que era conveniente, para além de pedagógico, informar quem eram os membros da Comissão Municipal da Proteção Civil: para além do próprio, era o Sr. Presidente da Câmara, a autoridade de Saúde da Delegação de Saúde, o representante do ACES dos Centros de Saúde, o Sr. Coordenador da Proteção Civil, o Sr. Comandante dos Bombeiros, um membro do *staff* do Serviço Municipal de Proteção Civil, um representante da Segurança Social, um representante da GNR, outro da PSP, um representante da Autoridade Marítima, um membro do Gabinete Técnico-Florestal que era intermunicipal entre o Barreiro e a Moita, um representante de “alto-nível” das urgências do Hospital do Barreiro. Nem sempre era fácil reunir todas as pessoas, sobretudo naquele momento, em que grande parte deles faziam parte de outras Comissões Municipais de Proteção Civil, em representação das instituições em que se encontravam. Na primeira reunião que ocorreu na segunda-feira da semana anterior, teve também oportunidade de convidar a Sr.^a Vereadora Vivina Nunes no sentido de, enquanto responsável pela questão da Educação e da Assistência Social poder dar também o seu *apport* num ponto de situação naquele momento, que era o único ponto da Ordem de Trabalhos, sobre a questão do COVID-19. Todos deram informações, não foram tomadas decisões de momento, foram feitos os diversos pontos de situação, a preocupação era enorme em resolver o problema. Pessoas que pertenciam a outras Comissões deram exemplos do que se fazia em outros locais, mas no momento ficaram expectantes pelo que o Sr. Presidente da República iria dizer na quarta-feira seguinte, a propósito de decretar o Estado de Emergência Nacional. Na sequência de ter sido decretado o Estado de Emergência Nacional nessa quarta-feira, no mesmo dia convocou nova reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, para a quinta-feira imediata, ou seja, de quarta-feira para quinta-feira e reuniram já com uma Ordem de Trabalhos em que era proposto a ativação do Plano Municipal de Emergência e a constituição dos grupos operacionais que decorriam daquele mesmo plano. Foi amplamente discutido o assunto, não foi consensual a situação de instalar ou de ativar o Plano Municipal de Proteção Civil, mas ficou-se pela não ativação e determinou-se que iria ser criado um pequeno grupo de acompanhamento permanente do problema, constituído por si, pelo técnico da Proteção Civil em serviço e pelo Sr. Comandante dos Bombeiros, foi criado para agilizar um grupo na *WhatsApp* com todos os membros da Comissão Municipal e diariamente o próprio realizava os contactos, ao final da tarde, com as Forças de Segurança, com o Sr. Delegado de Saúde e estando em permanente contacto com o Sr. Comandante dos Bombeiros, a sua última informação que lhe fora dada constaria sempre do *reporte*. Difundia a

informação recolhida todos os finais de tarde, sendo esse o ponto de situação. Entretanto, para além de diariamente ser efetuada uma ronda pelo técnico da Proteção Civil, por todos os locais do concelho, tomando atenção preferencial às filas que se registavam junto das lojas e dos supermercados, e locais de lazer, tais como o Parque Zeca Afonso e outros. Ele fazia-lhe chegar o *reporte* de que num primeiro momento haveria filas de alguma forma sem respeitar a distância conveniente e obrigatória, junto aos maiores supermercados, mas essa tendência tinha vindo a diminuir e a questão estava-se a processar com mais regularidade e assertividade no momento. Na ocupação dos espaços lúdicos, dos parques, mais concretamente do Parque José Afonso, que era o de maior dimensão, no fim-de-semana houve mais procura de pessoas a caminhar, mas pela informação colhida seria de uma forma que estaria em concordância com as situações legais.

Existia algum nível de preocupações que transmitiu na reunião realizada de manhã, com o Sr. Presidente da Câmara, bem como sugestões de atuação, julgando que o Sr. Presidente informaria, sobretudo das medidas já decididas.

Acrescentou que tinha um elencado de situações para poderiam responder a um agravamento da situação, que necessitavam de preparação e necessitavam de recursos, que o Município da Moita no momento não tinha, referindo-se nomeadamente à necessidade de terem de executar centros de alojamento para doentes menos graves, centros de alojamento para pessoal operacional, quer das Forças de Segurança locais, quer dos Bombeiros, quer de reforços que pudessem ter de solicitar à Proteção Civil Distrital, numa situação de mais perigosidade, em que as situações se agravassem. Deixou também algumas preocupações no sentido da sensibilização junto da população, utilizando alguns recursos, meios que pudessem colocar a movimentar na rua, sempre com a certeza que cabia às autoridades policiais a atuação mais repressiva, no sentido de fazer acatar o que estava determinado legalmente.

Na sua conversa com o Sr. Presidente, que foi longa, manifestou as suas preocupações, a preocupação de a Proteção Civil não estar mais envolvida com os centros de decisão que verificou que estavam ativos, ficando com a nota de que se iria trabalhar de uma forma conjunta com mais Vereação, com a própria Presidência da Câmara, estando ciente de que tal iria ocorrer.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Pretendeu fazer um ponto de situação e referiu não pretender que participassem na histeria coletiva que se ia verificando, porque sendo a situação grave, uma pandemia, comparável à Gripe Espanhola de 1917-1918, que ceifou segundo os cálculos, pois na altura não existiam censos, cem mil vidas em Portugal, um vírus do género, em Portugal, poderia atingir dois terços da população, ou seja 66%, sendo o normal e que poderia ocorrer tudo numa primeira fase, ou numa segunda fase, pois ao que tudo indicava haveria uma nova crise em novembro. De acordo com os dados, a taxa de mortalidade era grande, de 2% e como tal a questão seria grave.

Também tinham que estar cientes de que as medidas de afastamento social serviam para que as pessoas não fossem todas contaminadas na mesma altura, porque se tal acontecesse o Serviço Nacional de Saúde rebentaria pelas costuras. Ao referir cem mil mortes, significava que era o triplo das pessoas que necessitavam de assistência hospitalar, ou seja, trezentas mil pessoas no Hospital, que se ocorressem todas na mesma altura não existia Serviço Nacional de Saúde que aguentasse. Como tal, as medidas que estavam a tomar eram no sentido de espalhar a situação no tempo, estando no entanto certo de que, qualquer novo vírus poderia contaminar dois terços da população, sendo que mais de 80% se curariam em casa, sem necessidade sequer de uma ida ao Hospital, como estava a acontecer, em que tinham mais de duas mil pessoas infetadas e só quarenta e uma estavam internadas no Hospital. Aquilo de que os Hospitais mais se queixavam era da “histeria coletiva” que levava qualquer pessoa que sempre que dava um espirro para o Hospital e havia que pensar duas vezes e manter o mínimo de cabeça fria. Sendo a situação grave, falando na ordem dos cem mil mortos em Portugal, e não minimizou a situação.

Sobre a questão colocada de fiscalizar o cumprimento das regras pelas pessoas, ou do funcionamento dos cafés, entre outros, o Estado de Emergência, em si nada quis dizer, apenas que a população tinha de obedecer à polícia, deixando de haver o direito à resistência. O Decreto Regulamentar que explicou

a questão saiu na sexta-feira às 21 horas e entrou em funções na noite de sábado para domingo, à meia-noite, e no seu artigo 32º era muito claro referindo que competia às forças e serviços de segurança, sendo taxativo, e não se brincando com Decretos Regulamentares, existindo aquilo que competia aos Serviços de Fiscalização da Câmara e aquilo que competia, no concelho da Moita, às forças de segurança que eram duas, GNR e PSP. Clarificou a questão para que não se colocasse que os Serviços de Fiscalização Municipal deveriam de verificar o café X, as pessoas que estavam a caminhar na ciclovia, entre outras situações. O Decreto Regulamentar era claro, podendo alguns presentes não concordar, tal como o próprio não concordava com muitas questões, e nesse caso podiam entrar em contacto por *email* com o Sr. Primeiro-ministro.

Pretendeu falar abertamente de algumas questões na reunião, quer com o Sr. Vereador Miguel Canudo, quer com o Sr. Vereador Joaquim Raminhos.

Sendo na sua opinião natural que os vendedores dos Mercados, já bastando o risco de estarem a trabalhar no local, se atrasassem no pagamento da sua banca, colocando numa próxima reunião a proposta de um período em que não pagassem juros ou algo do género. Colocava também a questão relativamente ao pagamento da água, que no seu caso específico era efetuado por transferência bancária, mas em muitos casos não, sobretudo nas pessoas mais idosas e que se deveria equacionar não cortar a água por falta de pagamento por algum tempo, não querendo com aquilo dizer que se anunciasse para as pessoas não irem pagar, mas apenas não cortar a água, dar algum tempo às pessoas, como já era dado no momento sem que se cortasse, quatro meses, sendo que de qualquer forma os funcionários da Câmara já tinham tanto para fazer.

Sobre o pessoal da Divisão de Desenvolvimento Económico, informou que se fosse no momento teria agido de forma diferente, na altura não sabiam como é que a situação iria chegar e quando surgiram as primeiras questões, a primeira regra foi que os dois fiscais andavam no carro, um à frente e outro atrás, para não estarem tão próximos; a segunda regra foi que um ficava em casa, vindo o outro e no dia seguinte trocavam, e se fosse atualmente naturalmente não viria no dia seguinte, trocariam de quinze em quinze dias, para passarem quinze dias em casa, mas começaram com a regra anteriormente e de momento tinha um problema para resolver. Durante a semana existia um fiscal que se deslocava aos Mercados, estava perto e ia ao local várias vezes, e se sentisse muita pressão, chamava outros colegas, que se encontravam de prevenção, fazendo o que era regra durante o fim-de-semana, em que se encontravam à porta e só permitiam a entrada de X pessoas de cada vez. Faziam-no ao final de semana logo na abertura do Mercado, para que não existissem dúvidas, uma vez que nos finais de semana os Mercados tinham mais clientes.

Atualmente a Direção Geral de Saúde transmitia os números de infetados por concelho. No dia anterior, no concelho da Moita existiam quatro infetados, e no atual cinco.

Informou que o relatório da DGS saía ao meio-dia, diariamente.

Considerou pessoalmente que se estavam a realizar poucos testes em Portugal, referindo a sua situação familiar, do irmão que veio no dia 14 de março de França, de avião, porque o seu pai havia falecido no dia 13, não lhe tendo sido realizado nenhum teste, encontrando-se desde o dia 14 a solicitar a todas as pessoas que conhecia para que lhe realizassem um teste porque se encontrava em casa da sua mãe, já havendo decorrido onze dias e ainda não efetuara nenhum teste porque não tossia, não tinha febre e como tal não necessitava, e no entanto passara por aeroportos, estava a residir com a sua mãe que tinha 81 anos, sendo que aquela acabara de perder o marido com quem namorou a partir dos 16 anos e que naturalmente por mais que lhe dissesse que não podia abraçar nem beijar a questão era complicada e naturalmente o próprio ficaria muito mais tranquilo se o seu irmão fosse testado, mas não conseguia, ninguém o fazia. Na sua opinião os números dados pela DGS “pecavam” muito porque se não eram realizados testes, não existiam doentes, sendo tão simples quanto isso. Acrescentou esperar que alguém entendesse que a situação tinha de ser alterada porque o que foi solicitado pela Organização Mundial de Saúde foi que testassem. Se em Portugal não o faziam, não funcionava.

Preocupou-o também durante os últimos dias, julgando que no momento a questão estaria mais calma, o facto de, desde a Declaração de Estado de Emergência, todos sabendo que as forças policiais tendiam a usar um pouco a força, o que significava que, dando um exemplo, que na quinta-feira a GNR

tinha acesso ao documento que o Primeiro-ministro levou para o Conselho de Ministros com as medidas que mais ou menos estavam pensadas tomar, o qual também estava na sua posse, tendo a GNR na freguesia da Moita feito uma “razia de mandar encerrar, aos berros com toda a gente”, acrescentando que foi um “filme na freguesia que não passava pela cabeça dos presentes”. O Sargento Batista, que era o Comandante habitual do Posto da GNR da Moita, estava doente, encontrando-se o Sargento Alves a comandar, sendo-lhe pessoalmente difícil falar com o Sargento Alves porque este também era Comandante da Quinta do Conde, o que lhe complicou a questão. Posteriormente conseguiu falar com o Sargento Alves, tentando fazer entender que o Decreto – lei ainda não tinha saído, que saiu na sexta-feira às 21 horas, que levou no sábado à GNR, falando novamente com os militares e entenderam que só entrava em vigor à meia-noite desse dia. Acrescentou que aproveitou no sábado para ir cortar o cabelo, porque naturalmente a partir da meia-noite os cabeleireiros encerrariam e as questões tinham estado a decorrer, o que lhes trazia um problema, porque a maior parte dos pequenos comerciantes do concelho da Moita, e podia afirmá-lo porque tinha atendido pessoas que lhe chegavam a chorar porque viviam do dinheiro que realizavam no seu cabeleireiro, ou na sua pequena loja, questionando-o se no dia 2 de abril já podiam abrir os estabelecimentos, quando teoricamente terminaria o primeiro Estado de Emergência, mas nenhum dos nove que se encontravam à roda da mesa, acreditava que a questão ficaria por ali, e como tal, naturalmente teriam outro problema entre mãos, que era um problema social. Embora pudessem pensar que “lá está o neoliberal de serviço, que não é, é social-democrata, preocupado com as questões económicas”, mas naturalmente que as questões económicas traziam um problema social, que na sua opinião, no concelho da Moita, seria grave.

No dia anterior à reunião, na Baixa da Banheira, o Comandante Ximenes não estava, a PSP entrou e mandou encerrar uma série de locais, entre eles hamburguerias que vendiam em caixa fechada, à porta. No próprio dia foram à Baixa da Banheira falar com o Comandante Ximenes, já se sentindo mais à vontade por ser uma pessoa que conhecia e com quem já trabalhava desde que ocupava o seu cargo, tendo a questão funcionado melhor, mas tinham de estar um pouco atentos àquelas questões porque no Estado de Emergência, não havia direito de resistência, ou seja, quando uma força policial dissesse algo, era isso que se cumpria. E era o que repetia aos comerciantes, se as forças policiais dissessem algo, era para cumprir, uma vez que não havia direito de resistência. Se pretendessem algo diferente, deveriam falar com quem deviam, mas tinham de estar de acordo, porque era assim que funcionam os Estados de Emergência, não tendo sido o próprio quem o decretara e até nem defendendo pessoalmente a solução.

Sobre a questão de alguns cafés que fora abordada, apesar de a fiscalização pertencer à GNR ou à PSP, deixou claro que o Decreto Regulamentar permitia, no seu artigo 9º, que restaurantes, cafés, padarias, etc., que normalmente funcionavam com serviço no local, passassem a funcionar com *takeaway*, pretendendo-se evitar ajuntamentos de pessoas. Naturalmente todos os restaurantes e outros referidos não tinham CAE de *takeaway*, mas sugeriu que não fossem mais “papistas do que o Papa” e solicitar que fossem às Finanças tirar outro CAE. Não possuindo CAE de *takeaway*, a leitura do Decreto Regulamentar pareceu-lhe dar essa possibilidade e todos os discursos dos governantes do país davam essa possibilidade e como tal, transmitiu aos presentes que na sua opinião, e aí sim poderiam dizer que, aquele género de questões já passariam pela Fiscalização da Câmara, mas fiscalizar aquele género de questões, no momento atual seria, “entrar em loucuras”.

Informou que de uma forma geral os comerciantes estavam a cumprir. De uma forma geral os comerciantes que estavam nos Mercados, apesar de sentirem medo, estavam a funcionar, embora no próprio dia, o Mercado de Alhos Vedros estivesse encerrado, porque abria quinta, sexta e sábado pois já só tinha dois vendedores, um de peixe e um de legumes, que eram um casal e tinham receios, medos, resolvendo que só iriam três dias por semana. Enquanto os comerciantes aguentassem, na sua opinião podiam-lhes agradecer, até porque era muito mais seguro irem ao comércio local, a uma mercearia onde ficavam à porta ou mesmo ao Mercado, do que irem às grandes superfícies, onde entravam imensas pessoas, toda a gente tocava nos legumes, e etc.; se tinham aquele pensamento, cabia-lhes conseguir que se mantivessem aqueles canais abertos.

Por fim, colocou que a DGS passou a publicar o número de infetados por concelho, tendo passado de quatro para cinco do dia anterior para o atual, gostando de ter uma informação que a DGS não publicava, que de momento não era importante. Solicitou que, se o Sr. Presidente ou o Sr. Vereador da Proteção Civil tivessem acesso, sem necessidade de saber números exatos, a números por freguesia e repentinamente sentissem um aumento numa freguesia, solicitou que o avisassem, porque nessa situação, sim teria de encerrar o Mercado dessa freguesia porque poderia ser um foco de disseminação. Agradeceu ao Sr. Vereador Miguel Canudo o auxílio na resolução de uma questão, pois alguns funcionários tinham filhos, que foram para casa e se o filho estava em casa tinham direito ao tempo, tendo havido uma altura em que a DDE esteve aflita nos Mercados porque já não tinham o mínimo de funcionários que constava no Plano de Contingência Municipal, e felizmente foram transferidos dois trabalhadores do Setor de Obras para a DDE, durante algum tempo, para permitir o funcionamento regular dos Mercados.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Mencionou que já na anterior reunião de Câmara o Sr. Vereador Joaquim Raminhos havia feito, as por si próprio denominadas “lamentações”, bem como havia sido colocada a posição do Partido Socialista sobre a Proteção Civil, e ainda a ausência de nomes no Plano Municipal de Contingência, que a Proteção Civil não tinha sido chamada, julgando que na altura o Sr. Presidente da Câmara já havia explicado o que havia acontecido e porquê, e como tal já haviam falado sobre a matéria.

Na sua opinião em termos de medidas a Câmara Municipal tinha adotado uma conduta e um seguimento, quer de comunicação para o exterior, quer de comunicação para o interior com os seus trabalhadores, de forma a alertar para a gravidade da situação, e entraram num caminho de comunicação que não tinha sido seguido noutros concelhos, que fizeram de outra forma. Podiam ter colocado o “megafone” e andar nas ruas, podiam ter colocado um carro de som a andar nas ruas, havendo meios para tal, podiam ter aberto o Pavilhão de Desportivo na Moita para colocar no local 50 camas, mas optaram por uma situação mais tranquila, informando da gravidade da situação, tomando medidas concretas no terreno, e portanto o Plano de Contingência Municipal estava ainda atualizado, podendo ser acertado ou acrescentar-se alguns pormenores, mas quer as informações provenientes da Direção Geral de Saúde, quer as informações que tinham da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do que a AML estava a tentar organizar, desde a possibilidade de fretar um avião à China. Portanto existiam um conjunto de medidas que estavam a ser tomadas, em que a Câmara da Moita estava enquadrada, na AML. Naquele ponto estavam sintonizados com a estratégia quer do Governo, quer da Área Metropolitana de Lisboa. Podendo ter seguido outra linha de comunicação não seguiram. Estavam a acompanhar no terreno aquilo que era do conhecimento de todos, não tinham informações escondidas porque eram públicas, quer em relação ao número de infetados, quer relativamente às intervenções que se tinham de realizar, quer os contactos com a Proteção Civil que pensava estarem a ser efetuados, como referiu o Sr. Vereador Luís Chula, percebendo o desconforto do Sr. Vereador, e não se tratava, no caso, do Partido Socialista, embora sabendo que o Sr. Vereador Luís Chula era militante ativo do Partido Socialista, mas fazendo essa distinção, certamente na conversa que teve na parte da manhã com o Sr. Presidente da Câmara colocou as suas grandes preocupações, até porque se tratava de um cidadão que todos conheciam há muito tempo e que foram ouvidas.

Podendo ter seguido outros caminhos, lembrou que se encontravam numa fase de início do processo, não podendo nem devendo gastar todas as possibilidades de intervenção que tinham de uma vez, mas no Plano de Contingência Municipal já podiam ter dito à população que tinham o Pavilhão Municipal de Exposições, o Pavilhão Desportivo da Moita, o Pavilhão Zeca Afonso em Alhos Vedros, o Pavilhão da Escola Mouzinho da Silveira. Tinham um conjunto de meios que na perspetiva de intervenção e de alerta estavam disponíveis sempre.

Outra preocupação que fora colocada e sendo todos racionais, a Câmara Municipal podia ter efetuado um comunicado à população a informar para não pagarem a água ou para pagarem quando pudessem. Muito podia ser feito, e devia ser feito, mas considerou que, estrategicamente, o deviam fazer por etapas, uma vez que estavam a uma semana de Estado de Emergência e como tal as pessoas podiam

circular na rua, porque se fossem confrontadas pelas autoridades podiam referir que foram ou iam às compras, ou iam ao Parque Zeca Afonso dar um passeio, não havendo impedimento de liberdade de circulação, como era referido no Despacho do Estado de Emergência, referindo inclusive que podiam sair duas a duas, lado a lado ou uma atrás e outra à frente, podendo-se inclusive passear os cães.

Dando o seu próprio exemplo, que se deslocava da Baixa da Banheira para a Moita diariamente, começando a trabalhar por volta das 6h, porque gostava de estar perto de quem andava também a trabalhar para os outros, levantando-se cedo e sendo idoso, com 65 anos, estando também já na zona de risco, e sendo hipertenso, no entanto, de manhã, por volta das 7h30m começava-se a ver alguns idosos a deslocarem-se para os supermercados. Nunca diria a um munícipe, “O que é que faz aqui? Vá para casa.”, pelo menos no momento. Existia um conjunto de medidas que certamente iriam ser tomadas mais adiante, não interessando no momento algumas questões à população, quando tinham cinco infetados, quando os Lares do concelho estavam a funcionar em pleno e não existia nenhum caso, em que as casas de repouso estavam a funcionar em pleno e não existia nenhum caso de gravidade e em que todas as medidas programadas pela Direção Geral de Saúde, daquilo que tinha conhecimento estavam a ser cumpridas, quer nos Lares, quer nos equipamentos de Cuidados Continuados, e que a preocupação de que as pessoas só entravam se tivessem o teste feito, tudo estava a ser cumprido no concelho da Moita.

A Câmara estava a higienizar por todo o concelho os locais públicos de maior intervenção, posteriormente iria às ruas, porque as pessoas ficavam um pouco mais tranquilas com o que era feito ao higienizar os locais de maior concentração de pessoas, naquele momento supermercados, farmácias, bombas de combustível, passar pelo exterior dos Lares e locais onde aqueles recebiam a mercadoria.

Posteriormente, passados uns dias, certamente teriam de tomar um outro tipo de medidas, que de momento ainda não sabiam. A Direção Geral de Saúde, no sábado tinha uma norma e na segunda-feira alterara-a porque a situação estava a evoluir e poderia durar, segundo as palavras do Sr. Primeiro-ministro até junho, numa primeira fase. Posteriormente teriam uma segunda frente e como tal enquanto não houvesse os dois terços da população apta a receber o vírus, ou seja, a vacina não viesse, eventualmente em setembro, segundo as previsões, para que muitas pessoas fossem vacinadas e estivessem um pouco mais precavidas, sendo tudo evolutivo.

Algumas pessoas poderiam questionar, tal como já fora colocado pelo Sr. Presidente porque estavam a cortar relva ao invés de fazer algo diferente, mas o facto é que os trabalhadores não estavam todos ao serviço e em cada trabalhador que estava a trabalhar existia um “Avatar”, porque para haver um motorista ao serviço outro estava em descanso, nos trabalhadores de recolha dos lixos, por cada dois ao serviço tinham de existir outros dois de reserva, que era o que se chamava de Plano de Contingência e era o que estavam a desenvolver.

Qualquer um dos presentes poderia eventualmente ter opiniões diferentes e propostas diferentes, mas todos tinham um Presidente de Câmara que era o responsável pela Proteção Civil, tinham um Presidente de Câmara que era a pessoa que dirigia o Município, com as suas responsabilidades e que era também, na sua opinião, quem na altura oportuna tomaria as medidas que se julgassem necessárias em cada momento que se vivesse.

Tinham um Plano de Contingência Municipal, tinham uma perspectiva de trabalho a curto, médio e longo prazo. Se eventualmente chegasse o momento de outro tipo de ações, certamente as tomariam, mas a fase atual sendo o que era, num momento em que tinham cerca de sessenta e cinco mil pessoas no concelho da Moita, tinham de lhes transmitir alguma tranquilidade. A Comunicação Social tinha vindo a evoluir no seu discurso, na sua opinião, o discurso alarmista inicial que também na sua opinião era necessário para “abandar tudo”, atualmente estava a ter uma atitude mais pedagógica, ia avançando a informação de uma outra forma, geria a informação de uma forma mais cuidada e na sua opinião estavam no bom caminho para a solução, que não seria no imediato, da prevenção do alastramento do vírus.

Algumas situações que ocorreram e ocorriam nos transportes, nomeadamente nos transportes públicos estavam também a ser acompanhados pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), e também por esse

motivo a AML ia intervir, porque não se percebia quando existia uma questão social como a atual que exigia o afastamento das pessoas, eliminarem carreiras, para que a carreira seguinte fosse cheia. Relativamente aos comboios eliminaram alguns, para os que transitavam irem cheios. Na sua opinião as carreiras deviam ser mais espaçosas e não eliminadas, porque havia quem trabalhasse. Estavam a falar na reunião que estava a decorrer, mas no dia seguinte, numa outra reunião falariam em empresas que estavam à beira da falência, iam falar em empresas que eventualmente estavam a aplicar o *layoff*, sabendo que o Governo facilitou o *layoff*. O que se ouviu, e ouviu atentamente nas duas entrevistas realizadas para o efeito pelo Sr. Primeiro-ministro, e em ambas falou em *layoff* e também referiu que só existiriam apoios às empresas que não despedissem, porque *layoff* não era despedimento. No final de algumas semanas, ou um mês, veriam como estariam as IPSS no concelho da Moita, como iriam pagar salários aos seus funcionários, como é que iam recorrer à banca e como é que tudo seria feito, questão que também eventualmente teria de contar com alguma opinião dos presentes. À data existia a preocupação e bem da área da saúde, estavam a tomar medidas concretas, posteriormente surgiria a questão social dos trabalhadores e das empresas do concelho da Moita, que mesmo referindo as pessoas que existiam poucas empresas, existiam muitas pequenas e médias empresas no concelho, não sabendo o que iria acontecer. Por esse motivo, os trabalhadores deviam ir trabalhar para as suas empresas, com os devidos cuidados a tomar, porque as pequenas e médias empresas não tinham por exemplo uma estrutura como a Autoeuropa, mas tinham empresas a funcionar no concelho com quatro, cinco, dez, doze trabalhadores. Iam começar a ser dadas férias ilegais, existindo já no concelho situações em que as pessoas estavam a ser mandadas para casa naquela altura para gozarem as férias, que eram situações que posteriormente também iriam analisar.

Terminou referindo que quem estivesse em quarentena teria de continuar em quarentena porque a quarentena não resolvia, no seu entendimento. A quarentena era estar quinze dias em casa e não tendo nenhum sinal da doença, no dia seguinte podia-se ir trabalhar, não estando isento de, nesse momento apanhar o vírus. Acrescentou que em conversa no próprio dia com o seu médico, que não pertencia ao Serviço Nacional de Saúde, já tendo pertencido, encontrando-se de momento reformado, que o fundamental no momento, e que nesse aspeto o Governo estava a ser um pouco lento, era a questão dos testes. No entanto o próprio percebia que não existia capacidade para executar mais, julgando que no momento estavam a realizar a nível nacional vinte e cinco mil testes por dia, juntando a área pública da saúde com os privados.

Sr. Presidente – Referiu que a postura tinha sido e continuaria a ser, a de procurar fazer o que era necessário quando era necessário, sem inventar, porque era desnecessário, seguindo o que iam sendo as orientações das autoridades competentes perante uma situação que nunca ninguém viveu e como tal não existia histórico, não havia experiência, não havia nada. Estavam todos, as pessoas, o país, o mundo, a enfrentar desafios novos, situações novas e a encontrar um caminho. Alguns tinham uma propensão especial para as artes, para as artes cénicas sobretudo e portanto aquele problema foi “uma bênção caída dos céus” para a autopromoção, outros, que felizmente eram a maioria, o que era visível pelo país fora, também na região, a encontrar os caminhos, a realizar o que era necessário, à medida que se tornava necessário e a prova de que as encenações não passavam disso mesmo era que posteriormente se observava a realidade no terreno e aquela era igual onde existia “teatro” e onde não existia porque de facto as questões não se resolviam com “teatro”.

A elaboração do Plano de Contingência fora feita pelo Serviço que estava adaptado para o elaborar, também naquela situação sendo diferentes daquilo que era o tipificado. Quando pensavam em Proteção Civil, pensavam na intervenção para prevenir de alguma forma, mas sobretudo para acorrer às calamidades, à catástrofe, a um desastre natural, ou um incêndio, como infelizmente existiam exemplos no país, em que havia uma tipificação de intervenção que era muito clara e estava na mente de todos. Salvava-se, faziam-se buscas e salvamentos, verificavam-se estruturas, encontravam-se alojamentos para as pessoas que ficaram desalojadas, garantia-se que as vias de comunicação continuavam a funcionar, que as infraestruturas básicas estavam a funcionar, sendo aquela a intervenção típica de proteção civil.

A situação atual era uma situação da área da Saúde, não sendo chamada até ao momento a Proteção Civil a outro tipo de intervenção que não fosse a de acompanhamento, de antecipação de algumas situações que pudessem vir a ocorrer, portanto de acompanhamento, aliás, era visível, que contrariamente a outras situações também de emergência que se viveram no país, não nacional, mas situações graves, como o caso dos incêndios, entre outras, a visibilidade da Proteção Civil tinha sido mínima.

Quem se via diariamente a realizar as intervenções, a fazer os aconselhamentos, a emitir os comunicados, quem se via no vértice de toda a atuação eram as autoridades de saúde, como era evidente. Não se via a Secretária de Estado Patrícia Gaspar a vir diariamente emitir comunicados na televisão, nem tinha de o fazer, porque a Proteção Civil estava no seu papel. Na situação atual, o papel principal, infelizmente cabia às autoridades de Saúde e portanto, também ao nível municipal a questão que se equacionava, e o que se tinha discutido e que se discutiu nas duas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil era manter o referido equilíbrio. A Proteção Civil, naturalmente não podia estar alheada, tinha que estar mobilizada, mas também não fora até ao momento chamada a outro tipo de intervenção, e como tal a outro tipo de papel, que esperavam que se as coisas correrem pelo melhor, não viesse sequer a ser necessário.

De qualquer forma o Plano de Contingência fora desenvolvido por quem tinha as competências adequadas para o desenvolver, e que no caso da Câmara Municipal da Moita, era o Serviço de Medicina no Trabalho porque existia internamente. Noutros locais e noutro tipo de estruturas, até mais pequenas, onde não se justificava a existência daquela estrutura, mas a Câmara da Moita tinha dentro do seu quadro um médico, uma psicóloga, enfermeiros, as pessoas capacitadas e formadas, habilitadas a delinear um plano de Contingência na atual intervenção na área da Saúde e foram quem o elaboraram, essencialmente com a Divisão de Recursos Humanos, que delinearão o Plano de Contingência. De facto, aí não foi chamada a intervenção de outros Serviços, a não ser posteriormente, já numa fase final, de acerto e de complemento de alguma informação. Referiu não ter olhado e considerado absolutamente irrelevante quem eram os indivíduos que lá estão mencionados, pois não era essa a questão. A questão era mesmo a de se era um Plano que dava as orientações necessárias para guiarem a sua atuação no processo em curso, considerando que no essencial o fazia.

Quanto às questões colocadas relativamente às pessoas que continuavam a deslocar-se ao atendimento para tratar de assuntos, e se aqueles eram urgentes ou não, e sobre medidas e anúncio de medidas, existia uma questão que importava não perderem de vista e que aconteceu em diversos momentos no país e posteriormente houve alguns reparos sub-reptícios do próprio Governo e pareciam ter acalmado um pouco, porque já parecia uma pulverização da "República das bananas". Há dez dias atrás estavam a pulverizar-se as "Repúblicas das bananas no nosso país" com autarcas e Governos Regionais a decretarem medidas para as quais não tinham, minimamente, qualquer tipo de habilitação legal ou qualquer tipo de competência, nomeadamente a querer encerrar aeroportos, a encerrar fronteiras, etc.

Também naquela área muito se viu e o próprio leu algumas, em concreto o que foi definido pela Câmara Municipal de Lisboa, questões para as quais não havia habilitação legal. Nenhum autarca no país tinha habilitação legal para afirmar, de momento que não cobrava juros de mora, uma vez que aqueles não eram uma definição de cada Município, eram uma regra nacional, o cálculo era nacional. Nenhum autarca de um Órgão Executivo tinha autoridade para determinar que, por exemplo, não existiam cobranças de água; não tinham porque os Regulamentos Municipais eram aprovados pela Assembleia Municipal, com um processo que estava definido na Lei, qual era o processo de alteração regulamentar. Questionou com que habilitação o próprio ou qualquer outro podia referir que a água passava a ser gratuita, porque no momento podia parecer que estava tudo bem, eram uma série de heróis a avançar e a decretar medidas sem qualquer tipo de coberturas legais, e quando passassem dois, três ou quatro meses a IGF estava na Câmara e a DGAL também, e questionariam, pelo menos em algumas Câmaras, eventualmente admitindo que a algumas não iriam, eventualmente a Lisboa, ou a irem, faziam como era habitual, referiam que "O processo foi todo mal feito e archive-se". Normalmente nos Municípios mais pequenos não funcionava daquela forma, referiam que "O processo foi todo mal feito e vai para o

Ministério Público”. Eram as diferenças existentes, para não referir outras, porque se alguém algum dia pretendesse realizar a contabilidade das inspeções que recaiam sobre algumas Câmaras, comparativamente com outras, também podiam realizar, considerando que os resultados não seriam surpresa para ninguém.

Existiam questões a acautelar, parecendo-lhe evidente que estavam a dez dias do início do atual período, que iria durar muito tempo e muito haveria que fazer. Teriam de ser tomadas medidas de proteção das pessoas, proteção das famílias, proteção das empresas. O Governo já tomara algumas, dentro daquilo que eram as suas competências e as suas atribuições, mas também ao nível da governação local, naturalmente teriam de haver, mas não deveriam precipitar-se; o que fizessem teria de ser com a devida cobertura do ponto de vista jurídico, com o devido enquadramento, acompanhando aquilo que também as próprias Leis habilitantes que o Governo fosse produzindo naquela matéria, não começando já a pensar que podiam começar a fazer Despachos e que os Regulamentos Municipais, as Leis e tudo o mais fora arquivado, porque nada disso fora suspenso. O Estado de Emergência não suspendia Legislação nenhuma a não ser alguns direitos de circulação, nada mais do que isso. Na prática, seria no mínimo desumano que no atual período se realizassem cortes de água, ou um despejo porque alguém não pagava uma renda, ou se não se desse uma tolerância a prazos. Naturalmente, essas questões na prática iam-se realizando e a cobertura legal para tal tinha de ser montada, estruturada e a seu tempo viria aquilo que tivesse de vir, mas existiam questões que já não se estavam a realizar desde o primeiro dia, algumas em que foram logo dadas instruções imediatas para que a partir daquele momento não existissem avisos de corte de água, nem outro tipo de questões.

Sobre a questão dos assuntos urgentes ou não urgentes, para algumas pessoas, a sua preocupação e os seus hábitos, o pagamento da fatura da água dentro do prazo era um assunto urgente, e não deviam ser os eleitos a referir que não era. Enquanto o Serviço funcionasse com a tranquilidade com que vinha funcionando nos últimos dias, as pessoas iam, não havia ajuntamentos, não havia agrupamentos no local, entrava um de cada vez e tratava do seu assunto, deviam manter a aparência de normalidade dentro da “anormalidade” enorme que se vivia, para não serem os próprios a piorar a situação. O que se prendia com as questões que foram colocadas por vários Vereadores, e elogiando o Sr. Primeiro-ministro, António Costa, por considerar que tinha sido a pessoa que tinha mantido alguma sensatez e serenidade no meio de tudo, sem dúvida, contrariamente a diversos outros, porque tinha havido aquela preocupação. Mesmo o Decreto que resultou, por vontade do Sr. Presidente da República, pelo que dava a entender, era que já se encontravam em Lei Marcial e o Governo, bem como o Sr. Primeiro-ministro tinha sido muito ponderado na matéria. Não estava imposta a quarentena aos portugueses, existindo liberdade de circulação, também ela tipificada mas era uma tipificação que era muito difícil, desafiando alguém, exceto a autoridade policial, a questionar, pessoa a pessoa, a ir à Baixa da Banheira, como fez de manhã, ou ir no dia seguinte e afirmar que a grande parte das pessoas não estavam na rua porque foram às compras, ou porque foram à farmácia, ou porque foram a qualquer outro local, exceto, como já referira, o grupo que rebentou a fechadura e entrou para dentro do polidesportivo, mas aquela foi uma situação pontual que tinha de ter uma resposta pontual, adequada, de passar pelo local a Força de Segurança e ver, e a Câmara ir ao local e reforçar, bem como intensificar os apelos para que as pessoas permanecessem em casa, ou seja, a divulgação, não concordando que se afirmasse, *tout court*, que na Baixa da Banheira estava a haver incumprimento. Era necessário que se percebessem as características, até daquela zona que não era mencionada, de grande densidade de pequeno comércio, havendo uma sequência de padarias, de mercearias, de pequenos mercados, existia o Mercado Municipal, as farmácias, uma série de locais a funcionar para os quais as pessoas se deslocavam, a deslocação inerente àquela concentração comercial que era distinta de outras ruas, por exemplo como aquela em que residiam os seus pais, em que se passava pelo local e não se via ninguém na rua, porque não tinha de se ver, porque não existia o comércio que existia no outro local. Não se podiam fazer afirmações genéricas de que a Baixa da Banheira incumpria, porque a Baixa da Banheira era algo muito grande. Referir que existia uma zona onde existiam ajuntamentos na rua que eventualmente não deveriam estar, e daí passar-se para o incumprimento generalizado na Baixa da Banheira era manifestamente incorreto na sua opinião. Se referissem que foi o Sr. Presidente da Junta

que o disse, afirmou não partilhar, não fazer na atualidade nem no futuro afirmações daquele género, ou seja, comparativas, de “é o mais” ou “é o menos” porque não possuía nenhum método que lhe permitisse, com o mínimo de garantias, afirmar que a Baixa da Banheira era onde mais se incumpria ou que a Moita era onde menos se incumpria, porque não existiam dados que o permitissem afirmar. Os incumprimentos ocorriam, eram pontuais, sendo a apreciação que tinham generalizada das diversas entidades e como tal necessitavam de acompanhar, de ter as respostas, mas como também já fora referido na reunião, o papel central era mesmo das Forças de Segurança, porque era só quem tinha a autoridade para interpelar os transeuntes e questioná-los sobre o que andavam a fazer e porquê, e em caso de necessidade, de aplicar as medidas que a Lei os habilitava a aplicarem na situação.

Relativamente à questão da Proteção Civil tinham efetivamente o Serviço Municipal de Proteção Civil debilitado. O Serviço nunca fora grande, mas tinham a felicidade de residir num concelho que não tinha grandes problemas de Proteção Civil, não existiam florestas, nem o tipo de problemas, nem a dimensão do território que outros concelhos do país tinham, e como tal, o Serviço Municipal de Proteção Civil desde sempre, do que se recordava teve duas pessoas, um coordenador e um assistente técnico que fazia o papel de operacional ou de técnico auxiliar, o que sempre fora suficiente para as necessidades, para o que ia surgindo porque naturalmente sempre que existia alguma situação que necessitava de um outro tipo de intervenção, eram requisitados os outros Serviços do Município que necessitavam de intervir, os Serviços Operacionais, designadamente, ou os Serviços da Ação Social ou o que fosse. Deparando-se na atualidade com uma situação única, que nunca haviam vivido, tiveram a infeliz coincidência de simultaneamente ser o período em que o coordenador se encontrava não só doente, como ausente. Já haviam abordado a questão, pois a situação da pessoa em causa era conhecida e foi conversando sobre a matéria com o Sr. Vereador que tinha a responsabilidade da Proteção Civil, bem como com os restantes, mas para o bem e para o mal, considerando que seria mais para o bem do que para o mal, por vezes as questões acabavam por suceder, pautavam a sua conduta por um grande respeito pelas pessoas, sendo na base do grande respeito pelas pessoas que não fizeram aquilo que possivelmente, do ponto de vista mais frio, se fosse uma multinacional qualquer teria feito e que seria dar um pontapé porque estava doente e não estava a cumprir, e ia-se embora, já se encontrando outra pessoa no lugar e o assunto resolvido, mas eram diferentes e tinham convivido com uma pessoa que possuía uma doença degenerativa progressiva ao longo de mais de dois anos em que se encontrava doente, porque para aquilo que era necessário, ia dando resposta e como tal não fora colocado fora. Entretanto foi sujeito a uma intervenção cirúrgica que coincidiu com o início de fevereiro, estando ausente, de todo, na atual situação, não existindo de momento uma solução imediata. Como referido pelo Sr. Vereador Luís Chula, conversaram e até veio da parte do Sr. Vereador uma sugestão de uma possibilidade, que não era a solução necessária, mas poderia ser um caminho possível, não querendo adiantar mais nada, até porque naturalmente ainda nem sequer se conversara com as pessoas diretamente e não se devia estar a fazer anúncios públicos de algo quando ainda nem os próprios foram abordados, mas o que estava encaminhado era a possibilidade de terem duas pessoas que iam reforçar na fase atual o Serviço Municipal de Proteção Civil, uma na figura de consultor técnico assim designado uma vez que existia um Coordenador, que se encontrava ausente por doença, mas que continuava a ser Coordenador, e uma outra pessoa que fosse reforçar a equipa, não devendo no entanto adiantar mais sem que previamente as pessoas tivessem sido contactadas e se pudesse desenvolver a questão. No que concernia às escolas, em cada agrupamento de escolas do concelho estava uma escola preparada para acolher os filhos das pessoas que estivessem a trabalhar nos setores que foram definidos pelo Governo como setores prioritários e que, como tal, tinham direito àquele serviço, nomeadamente trabalhadores da área da saúde e das forças policiais, tendo havido até à véspera procura por parte de duas crianças para aquele serviço, de centro de acolhimento dos filhos daqueles trabalhadores. Também uma escola em cada agrupamento se encontrava a servir refeições, funcionando o fornecimento das refeições através da empresa que prestava o serviço. As refeições eram disponibilizadas na escola e eram consumidas fora dela, levantando a família a refeição e sendo consumida em casa. O número de refeições servidas diariamente era muito pequeno, cerca de 22 em todo o concelho, não sendo uma situação única no concelho da Moita, uma vez que na semana anterior

numa reunião regional com os restantes Municípios, abordou-se a questão sendo aquele o panorama geral, existindo um ou outro ponto mais urbano, sobretudo Setúbal e uma parte do Seixal, na zona mais urbana, centro da cidade propriamente dito onde havia um pouco mais, mas ainda assim os números, em termos de proporção eram pequenos em toda a região, admitindo que assim fosse porque as pessoas, as famílias se encontravam em casa e confeccionavam ou também alguns por receio, embora também nos períodos de férias existisse pouca procura.

O refeitório da Câmara Municipal continuava a funcionar uma vez que existiam trabalhadores que estavam a trabalhar e naquele momento, talvez mais que noutras alturas, necessitavam de fazer a sua refeição no refeitório, uma vez que tudo o resto estava encerrado, mas como o número de trabalhadores que estava presencialmente ao serviço não era muito elevado, também não existiam muitas refeições consumidas diariamente, sendo entre as vinte e as trinta diárias, o que também permitia que os trabalhadores da cozinha estivessem em número reduzido, era uma equipa pequena, quase familiar, mas um Serviço que consideravam importante para os trabalhadores que se mantinham ao serviço.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que após a intervenção do Sr. Vereador Miguel Canudo e do Sr. Presidente da Câmara percebeu, segundo o Executivo, qual é que era a visão sobre a Proteção Civil no concelho da Moita e o porquê de não estar a ser envolvido, que era um entendimento diferente daquele que existia no concelho do Seixal, e noutra concelho em que tomou como bom exemplo, o de Setúbal, em que através da Proteção Civil, a Câmara, em conjunto com outros parceiros, dentro do concelho, dentro do setor terciário e não só, conseguiu encontrar uma solução para a falta de equipamentos de proteção individuais para o Hospital de Setúbal, algo que assinalou como muito positivo, existindo outros exemplos mais próximos como o caso do Barreiro, que também com o Politécnico arranjou uma solução para a falta de líquido desinfetante, deixando as notas anteriores de bons exemplos, que achava interessante a Câmara poder executar no seu concelho, pois certamente tinham associações e coletividades que poderiam responder positivamente ao desafio, importando mais que nunca no momento, a Câmara e os atores políticos mobilizaram a ajudaram a mobilizar a sociedade civil para o atual combate que era de todos.

Passou de seguida à leitura da Declaração Política que abaixo se transcreve:

Declaração Política

“Os Vereadores do Partido Socialista reafirmam a incondicional solidariedade e total disponibilidade para apoiar a Câmara Municipal da Moita na tomada de medidas de combate a esta pandemia.

Neste combate são duas dimensões que se convocam a todos, a implementação de medidas de combate à pandemia, a concretização de medidas de apoio às famílias e às empresas.

Neste sentido, os Vereadores Socialistas e o Partido Socialista da Moita saúdam todas as autoridades e entidades competentes a nível nacional, regional e local, pela forma pragmática como têm atuado neste processo de crise, bem como os portugueses e reforçam o apelo ao comportamento responsável, solidário e cívico.

Pedimos também à Câmara Municipal da Moita uma melhor articulação entre as diversas estruturas, que contribua para o reforço das medidas de prevenção, que são cruciais nesta batalha contra o COVID-19.

Uma palavra especial de gratidão ainda aos profissionais de saúde, que estão na linha da frente deste combate, bem como todos os demais profissionais, que continuam a exercer as suas funções no terreno, para garantir os serviços essenciais, que continuem a ser assegurados no nosso país e em particular no nosso concelho.

Os Vereadores do Partido Socialista e o PS Moita demonstram ainda total disponibilidade para apoiar a votar favoravelmente todas as medidas de apoio às famílias e às empresas no nosso concelho, tais

como isenção ou deferimento de taxas e rendas, redução ou isenção de tarifas da água, entre outras que sejam adotadas pela autarquia.

Estamos juntos e todos juntos vamos vencer.”

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Relativamente ao que foi referido, através da intervenção do Sr. Presidente da Câmara e também do Sr. Vereador Miguel Canudo, entendeu e de certa forma também esteve de acordo que o momento atual não era o momento de se tomarem medidas de grande espetacularidade, cuja eficácia era depois questionável. Convinha terem as questões planeadas e pensadas e serem eficazes para auxiliarem as pessoas a ficarem menos ansiosas, mais tranquilas. Concordou com aquele procedimento, reafirmando no entanto que relativamente à comunicação entre os Vereadores, que enquanto vereação poderiam estar mais informados e como tal quando referiu no início da sua intervenção, gostariam que não voltassem a falar do assunto somente ao fim de quinze dias, até porque como já fora referido, estavam perante uma situação que podia ir evoluindo, desejando que não evoluísse para o pior, mas tudo levando a crer que a situação com certeza ainda se ia agravar, sendo realistas, e como tal fez o apelo no sentido de se manterem mais informados entre si.

Relativamente à questão social, que se falou até em estarem atentos com as várias estruturas, a interligação com as Juntas de Freguesia, as IPSS, no sentido de acautelarem situações de algumas pessoas que pudessem eventualmente estar mais isoladas, correndo o risco até de ficarem em pânico com o seu isolamento, não sabendo, como anunciado pelo Sr. Presidente, que iria ser divulgado um plano em relação à vertente social, ficando na expectativa e saudando o facto de estarem atentos à questão, ocorrendo-lhe inclusivamente que seria interessante criarem algum mecanismo que garantisse alguma comunicação com as pessoas que estavam em isolamento, portanto existindo psicólogos e assistentes sociais que dominariam melhor tais matérias do que o próprio, pensando que poderiam dar um sinal nesse sentido e aí sim, não se perderia nada em divulgar às pessoas, no sentido de as tranquilizar, “se está sozinho, se está a ficar demasiado depressivo, as autarquias, as IPSS do concelho, as várias estruturas estão consigo”, ou eventualmente uma linha” ligue para este número se achar que tem essa necessidade”, algo do género, atendendo ao isolamento que algumas pessoas no concelho da Moita pudessem sentir, existindo efetivamente um setor muito envelhecido no concelho, que estava entregue a familiares, a algumas estruturas, recordando a própria Misericórdia, onde foi feito um trabalho com os lares e centros de dia, existindo no entanto pessoas em nome individual que não estavam ao abrigo das referidas estruturas e que se podiam sentir desprotegidos. Ficou na expectativa do Plano Social que iria ser construído e divulgado, que tivesse em consideração a situação que referiu.

Reafirmou que anteriormente não havia referido que a água deveria ser grátis, apesar de pensar que em alguns locais era, mas em todo o caso, só pretendia que se acautelasse o prazo de pagamento e nada mais, uma vez que estava consciente de que existiam mecanismos legais que tinham de ser respeitados, até porque existiam Órgãos que aprovaram determinadas medidas e os presentes não podiam ultrapassar aquelas votações, mas podiam dar algum sinal às pessoas para acautelar a ansiedade que tinham, nomeadamente em relação aos Balcões. Deu como exemplo o facto de ter estado no dia anterior na rua, junto ao Balcão da Moita e que o Dr. Nuno Libório, quer o funcionário João, que tinha sido incansável e ia à rua informar algumas pessoas, existindo logo na rua uma informação de filtro, antes de entrarem, referindo o que não era necessário fazer na altura, ou os meios para executar determinadas ações, como a renovação da carta, informando a quem deviam contactar, em Setúbal. Era dada no local logo alguma informação, porque caso contrário existiriam bastantes pessoas no local, porque lá se dirigiam como um hábito no dia-a-dia, não se tendo apercebido ainda muitas delas, que alguns procedimentos se alteraram.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Não pretendendo responder no imediato às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, porque o Sr. Presidente da Câmara anunciou que ainda estava a ser desenhado o Plano, que estava quase concluído, mas ainda não estava concluído, estando na rede social a realizar os contactos possíveis para desenhar em conjunto o Plano, que seria certamente

publicitado, acrescentando que ainda na véspera havia tentado falar com a Sr.^a Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, pelas 17h, que não a pôde atender, retornando a chamada às 22h, pedindo desculpas, ao que lhe respondeu que se não retribuísse a chamada no próprio dia, voltaria a ligar. Referiu que no momento toda a população carenciada existente estava coberta pelas linhas do POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), Banco Alimentar e da Cantina Social, também lhe tendo dado a informação de que existindo situações no momento que pudessem ser avaliadas como carenciadas, tinham de ter o suporte da Segurança Social e podia ser alargada a cantina social. As questões que de momento tinham eram de outro tipo, eram pessoas que tinham até meios de subsistência, mas tinham de estar fechadas em casa devido à situação. Era para aquelas questões para as quais estavam a desenhar uma nova situação, embora não lhes tendo chegado muitas, mas algumas e daí a preocupação em começar a desenvolver o referido Plano.

Relativamente às escolas o Sr. Presidente clarificou a situação, acrescentado que foi tudo tratado em articulação, no fim-de-semana anterior e no outro, um com o Sr. Diretor da DGES quase todo o fim-de-semana ao telefone e com as escolas, no sentido de articular e no concelho da Moita conseguia-se cumprir que em cada agrupamento houvesse uma escola de referência, havendo concelhos que optaram por outra questão, tendo uma escola de referência, mas no concelho da Moita existia uma escola de referência por agrupamento, existindo freguesias que estavam cobertas com duas escolas de referência, como era o caso da Baixa da Banheira. No fim-de-semana anterior, falaram com todas as IPSS, algumas que não foi possível no sábado contactaram-na na segunda-feira, tendo sido realizado o ponto de situação com todas elas, no sentido de perceber se os encerramentos das IPSS estavam a ser efetuados, se as pessoas dos serviços encerrados estavam com cobertura. Todas as IPSS referiram que tudo estava a ser acompanhado até ao momento, não havendo nenhuma situação de emergência em nenhuma das IPSS, estando tudo acautelado. Até ao momento atual, não teve conhecimento de nenhuma alteração, fazendo chegar a mesma informação que os Bombeiros, que fazia chegar o Hospital e que eram as questões das medidas de proteção não existirem com facilidade, sendo que os próprios na questão da saúde, relativamente aos trabalhadores do Município tinham de ter contenção no gasto dos equipamentos de proteção individuais.

Finalizou referindo que para que a reunião de Câmara se pudesse realizar estavam presentes dois trabalhadores da Câmara e que para além desses muitos mais estavam a trabalhar, gostando de no momento, esperando que no final estivessem todos a trabalhar ainda, dar um agradecimento especial aos trabalhadores que se mantinham a trabalhar e que certamente mais iriam ter que funcionar, pelas linhas sociais, sendo que na pessoa dos dois presentes deu os parabéns e agradeceu.

Sr. Presidente – Informou que viria à próxima reunião de Câmara a aprovação da atribuição imediata de todos os apoios habituais ao movimento associativo e ao movimento social, sendo a forma que tinham, no momento, de injetar liquidez nas associações para minimizarem os danos no imediato. Posteriormente, quando tudo tivesse regressado à normalidade, seria altura de avaliar os danos e verificar onde podiam ir além, mas no momento o que foi possível nos Serviços foi pegar em todos os contratos-programa aprovados no ano anterior e trazer para serem aprovados na próxima reunião, para que durante o mês de abril ainda se começasse a libertar os apoios financeiros para as associações e para as IPSS, sendo, no imediato a forma de apoio mais célere possível.

Têm recebido de várias IPSS e da área da Saúde, nomeadamente do Hospital algumas notas sobre a dificuldade, não tanto da carência imediata, mas a preocupação de que estavam os stocks de equipamentos de proteção individual a começar a ficar esgotados, sendo um problema, porque a Câmara encontrava-se na mesma situação, sendo impossível no momento assegurar fornecimentos rápidos. Se conseguissem, e à medida que fossem conseguindo fornecimentos iriam também auxiliar, na medida das possibilidades, as IPSS ou mesmo a área da Saúde que pudesse necessitar, embora tivesse sido anunciado, no dia anterior, que havia chegado um carregamento de equipamentos de proteção individual grande, para o Ministério da Saúde, esperando que resolvesse a questão no imediato, estando naturalmente a ser tomadas medidas também a esse nível, como não podia deixar de ser, mas estava na verdade difícil o fornecimento daqueles materiais, sendo uma situação que

tinham de acompanhar mas não tinham capacidade para ajudar as IPSS ou os Bombeiros, como os próprios no momento gostariam, porque não se tratava de uma questão financeira, porque se fosse uma questão financeira era fácil, era mesmo uma questão de fornecimentos, de fornecedores e como iam todos comprar aos mesmos locais, às mesmas empresas, aos mesmos mercados, não conseguia a Câmara, como não conseguiam os outros.

Pelo Sr. Presidente foi apresentado um voto de pesar ao falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo, notícia que a todos consternou e que abaixo se transcreve:

Voto de Pesar

“Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 15 de Março, com apenas 53 anos, Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo, Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros.

O “Mané”, como era conhecido de forma carinhosa por todos quantos com ele privavam e trabalhavam, dedicou toda a sua vida ao Movimento Associativo e Popular e ao Poder local Democrático, sendo uma figura de referência e prestígio no nosso concelho e um exemplo respeitado pela sua luta e intervenção cívica.

Natural da Freguesia de Alhos Vedros, foi trabalhador da indústria petroquímica em Sines. Desempenhou diversos cargos no Clube Recreativo Sport Chinquilha Arroiteense, tendo sido seu Secretário, Presidente da Direção e Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Era membro do Partido Comunista Português, tendo sido candidato nas listas da CDU para a Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, órgão para o qual foi eleito em 1998 sendo, a partir de 2002 membro do seu executivo. Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros em 2013 e reeleito em 2017.

O “Mané” deixa uma profunda saudade e foi com grande consternação que recebemos a notícia do seu precoce desaparecimento.

Pela sua dedicação e empenho na causa pública, à sua terra, às suas gentes, à democracia, à participação e aos valores de Abril, a Câmara Municipal da Moita manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo, “Mané”, e endereça à sua família, à Junta de Freguesia de Alhos Vedros, aos seus amigos e ao seu partido, o PCP, as mais sentidas condolências.”

Após a apresentação do voto de pesar, foi o mesmo colocado à discussão e não havendo intervenções, foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Foi, ainda, apresentado pelo Sr. Presidente um outro voto de pesar ao falecimento da trabalhadora do Município, que se encontrava a trabalhar no DASC e na Biblioteca, Josélia Conceição Filipe Epifânio Porfírio, que abaixo se transcreve:

Voto de Pesar

“Josélia Conceição Filipe Epifânio Porfírio, trabalhadora da Câmara Municipal da Moita, desde 14 de abril de 1988, com a categoria profissional de assistente administrativa, pertencia à Divisão de Cultura, do Departamento de Assuntos Sociais e Cultura.

Durante os 32 anos em que esteve ao serviço da Câmara Municipal, Josélia Porfírio conquistou o respeito e admiração dos seus colegas, pela forma como contribuía para o bom trabalho do serviço e pela amizade com que tratava cada um que com ela se relacionava.

Pela sua dedicação ao serviço público e ao trabalho que sempre desenvolveu, o executivo da Câmara Municipal da Moita manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Josélia Conceição Filipe Epifânio Porfírio, apresentando as condolências à sua família.”

Após a apresentação do voto de pesar, foi o mesmo colocado à discussão e não havendo intervenções, foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente colocou ainda a discussão e votação a Ata nº 05/XII/2019, de 13.03.19., previamente distribuída, não havendo nenhuma questão foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

1. 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas resultam da necessidade de adequar algumas dotações orçamentais face aos compromissos a realizar no curto prazo.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento na importância global de €142.500 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

2. PROPOSTA PRÉMIO DE POESIA JOAQUIM PESSOA (3ª EDIÇÃO)

“Considerando que:

1. A Câmara Municipal da Moita valoriza a cultura, como elemento central para o desenvolvimento integral dos indivíduos e das comunidades e um dos pilares das políticas do município, que deve ser continuamente aprofundada no sentido de oferecer cada vez mais estímulos de pro -

dução, criação e fruição cultural, nomeadamente a criação literária. A autarquia, numa parceria com a Editora Edições Esgotadas, procura estabelecer sinergias que facilitem e garantam a concretização deste objetivo, com a criação do Prémio de Poesia Joaquim Pessoa (3ª edição), para promover os autores e facilitar a possibilidade da edição das suas obras;

2. As Bibliotecas Municipais assumem-se como instrumento das Políticas públicas de cultura da Autarquia facultando o acesso público à comunidade em geral e a públicos especializados, de serviços e recursos informacionais, de modo a contribuir localmente para a construção e fruição da sociedade do conhecimento e para alcançar uma superior qualidade de vida através da promoção da cidadania, da literacia, da educação, da cultura e de hábitos de leitura, e assim trilhar o caminho para o cumprimento da missão de uma verdadeira biblioteca pública: satisfazer e criar necessidades de leitura e também motivar para a leitura e para a escrita ao apoiar a criação literária;
3. O Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, criado para incentivar a leitura e a escrita de poesia, instituído em 2015, pela Câmara Municipal da Moita e pela Editora Edições Esgotadas, no âmbito das comemorações dos 40 anos de atividade literária do poeta, e que se destina a galardoar, bienalmente, uma obra de poesia escrita em língua portuguesa;
4. Foi intenção da autarquia atribuir este prémio sob a égide do poeta, artista plástico e publicitário Joaquim Pessoa, por ser uma figura natural do concelho da Moita, reconhecida ao nível nacional. Joaquim Pessoa nasceu em Alhos Vedros em 1948, residindo na Baixa da Banheira durante a sua infância e juventude. Iniciou a sua carreira no Suplemento Literário Juvenil do Diário de Lisboa. O primeiro livro de Joaquim Pessoa foi editado em 1975 e, até hoje, publicou mais de trinta obras incluindo seis antologias. Foram-lhe atribuídos os prémios literários da Associação Portuguesa de Escritores e da Secretaria de Estado da Cultura (Prémio de Poesia de 1981), o Prémio de Literatura António Nobre e o Prémio Cidade de Almada. Poeta, publicitário e pintor, é uma das vozes mais destacadas da poesia portuguesa do pós 25 de Abril. O amor e a denúncia social são uma constante nas suas obras, e, segundo David Mourão Ferreira, é um dos poetas progressistas de hoje mais naturalmente capazes de comunicar com um vasto público.

Assim, ao abrigo do nº 3, do artigo 73.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do nº 2, alínea e), artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propomos a aprovação do Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, no valor de 5 mil euros. Esta verba tem cabimento na rubrica 251.24 - 03 0602030572 - Ações de Promoção do Livro e da Leitura, sendo a publicação da obra vencedora, da responsabilidade da Editora Edições Esgotadas.

Em anexo: Normas de Participação”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

3. “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL DE ALHOS VEDROS” TRABALHOS COMPLEMENTARES

“Através de deliberação da Câmara Municipal da Moita de 27 de junho de 2019, foram tomadas as decisões de contratar, de autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar e de escolha do procedimento de concurso público para a formação de contrato de empreitada de obras públicas, para a “Melhoria da Eficiência Energética do Edifício da Piscina Municipal de Alhos Vedros”;

Na sequência da deliberação acima indicada foi adjudicada a obra de “Melhoria da Eficiência Energética do Edifício da Piscina Municipal de Alhos Vedros”; por deliberação da Câmara Municipal da Moita em reunião de 11 de setembro de 2019, pelo valor de € 387.078,30, acrescido do IVA à taxa legal em vigor e com um prazo de execução de 180 dias;

Em 18 de novembro de 2019, foi a empreitada consignada à empresa “Termosul-Projetos e Instalações, SA”

No decorrer da obra suprarreferida verificou-se a necessidade de executar trabalhos não previstos no contrato inicial, encontrando-se devidamente discriminados na informação técnica em anexo e que são os seguintes:

- a) Após a remoção do teto falso das bancadas, verificou-se que as armaduras da laje apresentam elevada corrosão, sendo necessário proceder-se a diversos trabalhos para a sua recuperação, nomeadamente limpeza do betão, escovagem e tratamento de armaduras e aplicação de argamassa estrutural.
- b) As condutas existentes na nave apresentam-se muito sujas interiormente, pelo que se torna necessário proceder à sua limpeza e desinfeção de forma mecânica, dado que com o arranque das novas máquinas as partículas que vão soltar irão prejudicar o novo sistema.

Estas situações referem-se a trabalhos cuja necessidade de execução decorre na sequência de circunstâncias não previstas e não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra ou, embora separáveis, são estritamente necessárias à conclusão da obra. Estes trabalhos são qualificáveis como “trabalhos complementares” com enquadramento no nº 1 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos, não existindo anteriores “trabalhos complementares”.

Não há lugar à prorrogação do prazo de execução da obra dado que a execução dos trabalhos complementares não prejudica o normal desenvolvimento do plano de trabalhos.

Os trabalhos identificados na alínea a) são da mesma espécie que outros previstos no contrato e com execução em condições semelhantes (trabalhos contratuais) e os da alínea b) são trabalhos de espécie diferente que outros previstos no contrato (trabalhos não contratuais) encontrando-se devidamente discriminado no mapa de quantidades e orçamento anexo.

Considera-se que o valor apresentado para o trabalho não contratual está dentro dos valores praticados no mercado.

Estes trabalhos representam 6,50 % do valor total da empreitada adjudicada, estando a obra prevista no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2020 na rubrica “Ações de Eficiência Energética” - 0407011532.

Para efeitos de garantia será retido 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

A formalização dos trabalhos complementares obedece ao previsto no artigo 375.º do Código dos Contratos Públicos, pelo que deve ser reduzido a escrito o contrato.

Face ao exposto propõe-se:

- A aprovação dos “trabalhos complementares” resultantes do acima descrito bem como o encargo daí resultante no valor de €23.772,87 (vinte e três mil setecentos e setenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos) acrescido do IVA à taxa de 6%, no montante de € 1.426,37. (mil quatrocentos e vinte e seis euros e trinta e sete cêntimos), o que perfaz um encargo total de €25.199,24 (vinte e cinco mil cento e noventa e nove euros e vinte e quatro cêntimos);

- A aprovação da minuta anexa referente à formalização dos termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos complementares a celebrar com o adjudicatário. “Termosul-Projetos e Instalações, SA”.

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Relativamente à percentagem de 6,5%, considerou o valor deveras significativo para obras complementares, mesmo justificadas pelas “surpresas” que encontraram na estrutura e essa surpresa, eventualmente, também deveria ter sido, no planeamento, acautelada.

Sr. Vereador Carlos Albino – Solicitou que lhe clarificassem, por não haver percebido bem se teria sido como o seu camarada Vereador Pedro Aniceto referiu se teriam sido trabalhos a mais verificados no decorrer das obras ou como o Sr. Vereador Miguel Canudo havia dito seriam trabalhos que não eram elegíveis e foram vistos previamente e nessa situação, se não poderiam ter sido logo inicialmente contabilizados, sendo a candidatura feita e indicada só para a parte elegível, ou seja, o montante elegível era todo inscrito e era logo informado que haveria uma percentagem da obra que não sendo elegível, logo à partida ia ser, no caso, paga diretamente pela Câmara, não fruto da candidatura.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Esclareceu que aquando da candidatura sabiam o que constava e de facto apareceram questões imprevisíveis, existindo, no entanto, outras que tinham de executar e que não podiam colocar na altura da candidatura. Optaram pela situação que a Lei lhes permitia, exemplificando que iriam executar o isolamento dos trabalhadores que estavam na piscina e tinham de construir uma sala no local, não sendo essa obra elegível, e no entanto era uma das obras que tinha de ser executada, era um trabalho que verificaram que tinha de ser realizado.

Acrescentou que a proposta estava de tal forma bem elaborada, que considerou que as dúvidas que se colocavam não eram dúvidas que levassem a desconfiar que existisse alguma ilegalidade.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Questionou se o valor estava relacionado com obras que não eram elegíveis ou com alguma deficiência que se encontrou, posteriormente, no início das obras.

Sr. Presidente – Esclareceu, para que ficasse claro que os trabalhos complementares que se referiam estavam identificados e orçamentados no anexo à proposta, sendo esses e não outros que se encontravam em causa. O que foi referido inicialmente na introdução do Sr. Vereador Miguel Canudo, prendia-se com outras situações de preparação da candidatura, e de uma intervenção que se pretendia realizar à margem da atual empreitada, mas que teria de ter solução através de um outro mecanismo, porque era independente à empreitada e tratava-se da construção de uma sala na zona lateral da piscina para instalar os serviços administrativos, porque na sala pequena onde se entrava, onde existia o guichet de atendimento, os serviços estavam muito sujeitos, naquela zona, a problemas de ruído e a

problemas de corrosão. A qualidade do ar no local tinha provocado corrosão nos equipamentos informáticos, embora essa questão também fosse melhorar com a atual intervenção, porque a qualidade do ar na piscina ia ter menos carga de cloro, como era habitual, mas o ar que se respirava habitualmente nas piscinas tinha uma carga de cloro significativa e a deterioração dos materiais acontecia com uma frequência maior do que em circunstâncias normais e como tal a solução pensada para a questão fora, no corredor lateral, que não era utilizado, construir-se uma sala e alargar o espaço para apoios técnicos, mas essa solução teria de ter outro enquadramento. Seria realizada noutra fase, com outro enquadramento legal para a obra, não se encontrando visado na proposta em causa, sendo algo que falado e decidido, mas que não se encontrava incluída nos trabalhos a mais de que estavam a falar. Os trabalhos que constavam eram única e exclusivamente aqueles que estavam referidos na proposta, ou seja, no anexo que estava junto à proposta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezoito horas. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA